

O Questionamento Político em O Arquipélago de Érico Veríssimo

Maria da Glória Bordini
UFRGS e PUCRS

Na República de Platão, diz-se que os sofistas insistiam em que a lei e a justiça eram contrárias à natureza e que um homem independente jamais desaproveitaria a oportunidade de violá-las. Aristóteles, na sua Política, defende a Cidade-Estado e a legislação não pela via do contraste entre o que é natural ou artificial, mas porque a condição humana nelas tem as possibilidades máximas de se realizar. O Estado, para ele, é a garantia de uma vida auto-suficiente, oferecendo à natureza humana tudo o que ela pode desejar, excluídos os luxos perversos.

Esse primeiro teórico da ciência política admitia a necessidade da propriedade privada ser reconhecida pelo Estado, pois seria o princípio fundamental para o exercício da liberdade individual, mas sustentava que esta sempre deveria se subordinar ao interesse geral e que o melhor governo seria aquele que, quer fosse exercido por um monarca ou por uma "politia", visasse não os interesses particulares do governante mas os de todos os cidadãos. Assim, também, a lei deveria regular esse provimento de felicidade a todos, podendo ser elaborada indiferentemente tanto por um homem de excepcionais dotes de sabedoria, quanto por uma assembléia coletiva, desde que nessa, a discussão fosse ordenada e os assuntos apresentados com imparcialidade.

Esse esboço excessivamente redutor da teoria política aristotélica permite, entretanto, arrolar as questões fundamentais em torno de que gira, ainda hoje, a ciência política: a preeminência do Estado sobre o indivíduo, o conflito entre propriedade individual e coletiva, a origem e legitimação da lei pelos cidadãos, o Estado como zelador do bem comum através da atividade legislativa, executiva e judiciária.

Todavia, como Aristóteles, pensando filosoficamente, situa a constituição desse Estado na ordem das utopias, ou seja, exige que ele garanta o bem comum, aceitando que esse bem seja definido quer por um ou por todos os cidadãos, desde que seja o bem absoluto e perfeito, sua Política não resolve as contradições do Estado real, no qual os homens "independentes" dos sofistas governam em causa própria, regidos pelas leis de suas paixões.

Se os Estados e seus governantes e cidadãos fossem a Utopia desejada por Aristóteles, que nisso seguia seu mestre, Platão, **O arquipélago**, de Érico

Veríssimo, terceiro volume da trilogia *O tempo e o vento*, não existiria. Obra de substância política inegável, esse romance constrói um Rio Grande do Sul e um Brasil em que a utopia do Estado regido por leis perfeitas em si mesmas está inteiramente esmagada pelas vicissitudes de homens imperfeitos em luta incessante pelo poder e a glória. No lugar do ideal, está o Desejo - e do confronto entre esses dois pólos, nasce a ficção que desmascara o rosto familiar da História rio-grandense.

O arquipélago abarca um período da vida política do Rio Grande que vai de fins de outubro de 1922 a 10 de dezembro de 1946. Esse espaço de tempo histórico apresenta como marcos referenciais, dentro do romance, os seguintes eventos: os primórdios e desenvolvimento do movimento assistista no Estado, paralelos à atuação oposicionista de Rodrigo Terra Cambará contra o partido borgista; a revolução maragata de 1923, com seus feitos entre-meados aos da fictícia Coluna de Licurgo Cambará; a Revolução Paulista, de 1924, que dá origem a organização e a marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa, de 1924 a 1927, de que participa como soldado Torfíbio Terra Cambará; a revolução de 1930, em protesto contra o arbítrio de Washington Luis, articulada por Oswaldo Aranha para benefício do projeto político de Vargas, na qual Rodrigo Terra Cambará atua como arregimentador das forças oposicionistas da Serra gaúcha; o Estado Novo de 1937, iniciando a ditadura Vargas, período em que o integralismo se espalha no Rio Grande, confluindo com as tendências pró-Eixo de imigrantes alemães e italianos e em que Rodrigo usufrui de favores cartoriais do Governo Federal, prostituindo seu liberalismo e legitimando a perda dos direitos civis no País: a queda de Vargas e a campanha eleitoral de Dutra, em 1945-6, com a volta de Rodrigo a Santa Fé, vítima de um enfarto que se prova fatal.

O romance articula três eixos narrativos, um ideológico, um literário e um histórico, os quais, entretecidos pelas aproximações internas entre eles através de personagens e acontecimentos transitivos, formam o painel mais ambicioso e bem resolvido de uma parte da nossa história política regional e nacional na literatura gaúcha e brasileira. Evidentemente, trata-se de ficção e Erico, a par de pesquisar fontes de preferência originais e testemunhais com relação aos eventos e figuras históricas que lhe serviriam de matéria, centrou a maior parte de seu esforço criativo em armar um cenário, um tempo e um elenco de atores ficcionais que pudessem trazer de volta à vida a história, tanto a desenterrada pelos historiadores como a por eles enterrada.

Valendo-se, pois, dos monumentos tanto quanto das ruínas da História, para utilizar as categorias bastante conhecidas de Walter Benjamin, Erico cria um mundo paralelo a elas: o de Santa Fé, a época em que Rodrigo Terra Cambará sofre paulatinamente a transformação de monumento para ruína aos olhos de seus concidadãos e familiares. Como monumentos são por natureza eufóricos e ruínas são disfóricas, Erico distribui cautelosamente figuras e ações políticas célebres no mundo do Sobrado dos Terra-Cambará, este também, embora não exclusivamente, um lugar onde se arquiteta e se faz

política e submete esse elenco misto de personagens históricas e ficcionais ao desgaste do tempo e dos apetites.

Os monumentos resistem cada um à sua moda à erosão da História e ou ganham a pátina da dignidade mantida, ou esboroam-se em ruínas vivas de uma honradez antiga que se perdeu no jogo dos interesses imediatistas e fisiológicos. Novos monumentos constantemente se erguem, sempre sujeitos à corrosão do tempo. Nesse lento emergir e imergir de marcos históricos é que Erico lida com as reações de simpatia ou de antipatia do leitor, não lhe permitindo assumir posições maniqueístas no julgamento do valor histórico desses políticos, sejam eles reais ou imaginários.

O romance apresenta, já na disposição dos três eixos citados a prefiguração de seu questionamento da política gaúcha. O eixo ideológico abre a trama e se desdobra por seis etapas. E constituídos pelos capítulos intitulados "Reunião de família", de I a VI. Cada reunião relatada é seguida por um capítulo denominado "Caderno de pauta simples", também desdobrado em seis etapas. Estas formam o eixo literário. Cada registro no caderno é seguido de um dos capítulos do eixo histórico, intitulados "O Deputado", "Lenço encarnado", "Um certo major Torfíbio", "O Cavalo e o Obelisco", "Noite de Ano Bom", "Do diário de Sílvia" e, por fim, "Encruzilhada". Observe-se que, nesse eixo, os títulos não se repetem e metaforizam a fábula de cada seção. O sétimo capítulo é anômalo na distribuição seis mais seis mais seis, pela simples razão, oculta no seu título, de que nele confluem "Reunião de família VI", "Caderno de pauta simples" (6) e "Do diário de Sílvia", entrecruzando todos os três eixos.

W. A. Camps, em *An introduction to Homer* (Oxford: Clarendon Press, 1983) diz que, na narrativa primitiva, a simetria substitui a coerência lógica (p. 67-8). Aqui, uma reforça a outra. A disposição tripartida organiza a matéria narrativa dentro de cada capítulo dos eixos ideológico e histórico, enquanto no eixo literário a disposição é bipartida. O conjunto de acontecimentos é tão vasto, que apenas o destaque de um - aquele a que o texto confere posição de clímax - para cada setor dessa tri ou bipartição poderá auxiliar na reconstituição das grandes linhas do material histórico-político-poético empregado.

Assim, na primeira reunião, narra-se o enfarte de Rodrigo, retrata-se a decadência moral deste e de sua família e refere-se a queda de Vargas. No primeiro registro no Caderno, aparece a compra do mesmo por Floriano e o levantamento dos valores que animaram a infância do Menino. Em "O Deputado", narra-se o ataque de Rodrigo a Borges de Medeiros, delinea-se o apreço ao sucesso político que se fortalece em Rodrigo e evoca-se a fraude eleitoral contra Assis Brasil (o tempo é de fins de outubro de 1922 a 31 de dezembro/ 10 de janeiro de 1923).

Segue-se a segunda reunião, durante o comício pró-Dutra, na Praça da Matriz em que se salienta a isenção ideológica de Floriano e sua teoria de que a Literatura deve entreligar as ilhas do arquipélago humano, e refere-se a campanha eleitoral de Dutra. No segundo registro no Caderno, aparecem

as memórias da infância de Floriano e sua admiração pelos heroísmos gaúchos e em geral. Em "Lenço encarnado", contam-se os feitos da Coluna de Licurgo Cambará, mostram-se as vacilações de Rodrigo quanto aos valores políticos que está elegendo ante as mortes que provocam, e o pano de fundo é a Revolução de 23 (o capítulo decorre de janeiro de 1923 a dezembro do mesmo ano).

A terceira reunião apresenta Floriano fazendo confidências difíceis a seu amigo Roque Bandeira. Retrata sua dependência ao pai e desejo de emancipação, veicula sua teoria de que o Brasil se divide em governantes de dois tipos: D. Pedro II, paternal e bondoso, e Pedro Malazarte, safado e explorador. O pano de fundo ainda é a campanha eleitoral de Dutra. No terceiro registro no Caderno, Floriano desenvolve sua teoria da linguagem e do romance e evoca suas vivências culturais nos Estados Unidos. Em "Um certo Major Toribio", ocorrem a morte da filha de Rodrigo e as aventuras de Toribio na Coluna Prestes, evidencia-se o sem sentido da vida em Santa Fé para Rodrigo, sua falta de projetos e a culpa por não conseguir emular o irmão. Referem-se a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes-Miguel Costa (tempo: 1924 a 1927).

Na quarta reunião, Floriano toma um penoso café da manhã ante sua amada Sílvia, vai à inauguração do busto do Ten. Caré e encontra-se com os amigos no café Poncho Verde. Revela-se seu amor à cunhada e sua animosidade quanto ao irmão Jango, bem como seu repúdio aos totalitarismos. A campanha de Dutra continua como referência histórica. No quarto registro no Caderno, reporta-se o constrangimento provocado pela nova crise pulmonar de Rodrigo, devida a seu desejo de rever a amante, e Floriano evoca sua iniciação sexual. Em "O cavalo e o obelisco", acontece o ataque à intendência de Santa Fé, com a morte do Ten. Quaresma baleado por Rodrigo e a humilhação pública de Floriano pelo pai, mostra-se a progressiva modificação pessoal de Rodrigo, que abandona sua independência política para submeter-se a Vargas e auferir dele as benesses de que necessita para manter sua posição influente na escala social. Relata-se a Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio (tempo: fins de julho de 1930 a fins de outubro do mesmo ano).

Na quinta reunião de família, Floriano conversa com Roque sobre sua literatura e seu pai, Stein revela estar sendo perseguido pelo PC e Rodrigo defende Getúlio como um cortesão cínico o faria. Examina-se o desejo inconsciente de Floriano de matar o pai e sua necessidade de provar sua coragem física e analisam-se o governo de Getúlio após 30, a constituição de 34 e o golpe do Estado Novo em 37. No quinto registro do Caderno, Floriano esboça a primeira cena de seu romance sobre o Rio Grande e anota seus problemas como romancista-testemunha da História, o principal dos quais é a ficcionalização do pai em personagem. Em "Noite de Ano Bom", conta-se o caso de amor de Floriano por Sílvia e por Marian quando vai aos Estados Unidos e a morte de Toribio num entrevero de cabaré. Psicologicamente, retrata-se Rodrigo tentando corromper o filho com cargos governamentais e

procurando enganar os amigos, com a distorção deslavada dos fatos em favor de Getúlio. O pano de fundo é o integralismo de 35 e o golpe do Estado Novo (tempo: 31 de dezembro de 1937).

Na sexta reunião, a última, Floriano e os amigos visitam o quarto de Rodrigo durante o comício pró-Dutra. Analisa-se a História política do Rio Grande e chega-se ao governo Dutra. No sexto registro no Caderno, Floriano lembra suas aulas em Berkeley, durante a Segunda Guerra e seu interesse pelos campos de extermínio nazista como meio de conhecer o lado bestial da vida. "Do diário de Sílvia" são transcritos alguns trechos, em que ela analisa seu desamor pelo marido e seu amor impossível por Floriano, conta a cena do pomar e dos pêssegos, em que eles confessam seu amor e se beijam, relata sua busca de Deus e testemunha a degradação moral de Rodrigo e a angústia de Floriano (tempo: 24 de setembro de 1941 a 4 de dezembro de 1943).

"Encruzilhada" narra a morte de Stein e de Rodrigo e o início da escrita do romance de Floriano. A conversa final entre pai e filho permite a conciliação das contradições entre ambos. Floriano sente que, quando se prepara para escrever, o "Sobrado está vivo", embora Rodrigo já tenha sido enterrado. Simetricamente, esse capítulo enlaça, como consequência, não só os últimos capítulos dos três eixos, mas os acontecimentos de todos eles, tanto na ordem das ações ficcionais, quanto na dos estudos de caracteres e ideologias, bem como na do relato dos fatos históricos. Começara-se com a doença e decadência de um político, com o mal-estar do filho ante o pai, com o desejo de escrever um romance e com o retrospecto do nascimento de um líder libertador. Encerra-se com a morte do político, com a solução dos conflitos pai-filho e com a escrita do romance. Além de simétrico, o texto é coeso e é da simetria e da coerência que ele retira seu poder estético de analisar a política gaúcha sem instrumentos teóricos.

Essa extensa e intrincada matéria política, concentrada nos capítulos do eixo histórico e difusa nos do eixo ideológico e literário, onde chega ao máximo do esgarçamento, constitui a ação, a história ficcional, na ordem de sua cronologia natural, que a trama do romance entremeia de muitas retrovisões e algumas repetições. No eixo histórico, ela permite a Erico propor uma política - utópica, como a aristotélica - para a própria atividade política. Examinando as relações entre o desejo de autonomia dos caudilhos gaúchos durante a República Velha e o desejo de sobrevivência dessa classe depois da Revolução de 30, através da tomada do poder federal, a política é nesse eixo examinada de duas perspectivas: a da determinação econômica e a da determinação inconsciente.

O eixo histórico, além de mobilizar todos os chamados "heróis" da política de 1923 a 1945, ocupa-se caracteristicamente de revoluções e conspirações, nenhuma delas visando claramente o propalado "bem comum" que Aristóteles propunha como meta do estado ideal. Mesmo eventos como os de 23 e o da Coluna Prestes são apresentados tanto em suas cores míticas, provenientes do imaginário popular, quanto pela ótica crítica de Floriano, Stein,

Roque e Eduardo, que desmitificam as motivações mais profundas desses movimentos libertários, dando-lhes como origem muito mais o entusiasmo apaixonado por uma causa nobre do que a consciência da natureza dessa causa e projetos definidos para lidar com ela.

Os eventos mais "interessados" nem o benefício do mito chegam a receber. As razões de proteção ao pastoreio e ao charque e depois a consolidação de uma frente gaúcha no Governo Federal para o Estado poder continuar rivalizando com São Paulo e Minas em força política, apesar da falta de industrialização, sufocam todos os gestos individuais de grandeza e apenham os líderes políticos que se esfalfam nessas correrias por um poder que não emancipa os miseráveis, como fazem ver inúmeras vezes Eduardo, Stein e Floriano.

Todavia, quem paradoxalmente domina esse eixo histórico não é o artista crítico, mas o político conveniente, Rodrigo Terra Cambará. Modelado segundo as características gerais dos caudilhos esclarecidos da geração de 1907 (veja-se Joseph L. Love, *O regionalismo gaúcho*, São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 90), a mesma de Vargas, Rodrigo voluntariamente segue uma trajetória que todos os que o cercam ou que o conhecem mais de perto consideram de decadência moral, o que ele próprio seguidamente se imputa, mas sem conseguir vencer seu apetite voraz pela vida "boa", a dos prazeres do sexo, da mesa e da batalha estratégica pela composição de forças num projeto que ele já nem mais examina, como antes, em termos de incremento do bem comum.

Nesse eixo, Rodrigo tem dois opositores/auxiliares de seus intentos de mandonismo político. De um lado, na geração mais velha, Licurgo o confronta, com sua sisudez moral, com sua desconfiança dos grandes gestos, do estilo de vida festivo do filho, mas, especialmente, com seu chamamento à prudência na guerra e na ação física, algo que o jovem Rodrigo não consegue conceber enquanto age. Só depois que seus atos provocam perdas e desgraças é que ele reconhece a autoridade paterna nesses assuntos - por brevíssimo tempo, pois qualquer novo desafio o fará lançar-se contra o obstáculo sem a menor precaução. Sintomaticamente, é só quando envelhece que ele passa a preferir a lisonja e a trama à luta aberta, aprendendo distorcidamente a lição paterna. Licurgo é um caudilho à antiga, castilista e libertador, antimilitarista e preocupado com a manutenção do parlamento como instituição contra as tiranias pessoais. Assim, precisa morrer no início, para que a degradação de Rodrigo através da força inconsciente de suas ambições de poder possa se desenvolver mais livremente.

De outro lado, na sua geração, há o irmão Toríbio, seu aliado em qualquer empreendimento de exposição física ao perigo, mas seu opositor quando essa ação tende a desviar-se da tábua de valores heróico-românticos que rege o impetuoso e irrefletido guerreiro. Toríbio não despreza qualquer oportunidade de guerrear, desde que seja pela justiça e pelos oprimidos - como os heróis de capa-e-espada de suas leituras rocamboléticas. Sua ingenuidade, entretanto, não o cega para as dimensões manipuladoras das ações

políticas em que se envolve ou em que seu irmão quer envolvê-lo. Toríbio é um político no sentido de que visa o bem comum (salvo o das mulheres, que não tem hesitação em deflorar e abandonar). Não é o herói puro porque nessa luta pelo próximo sempre há o grão do prazer pela aventura, que nele supera qualquer ideário. Todavia, não se deixa corromper por programas políticos de ocasião e constitui a segunda consciência incômoda do irmão, que desejaria ter seus escrúpulos amenizados e em Bio encontra constantemente um homem de uma só cara. Por isso, também Bio precisa morrer, mas mais para o fim da história, para que a verdadeira corrupção de Rodrigo possa ocorrer durante o Estado Novo. Ausente Toríbio, Rodrigo perde a vergonha, que a bravura legítima do irmão acicatava de vez em quando.

Além desses dois, Rodrigo possui também em Floriano, na geração mais jovem, um oponente/aliado de peso relativizado. Floriano, sendo a antítese do pai em características de personalidade, partilha com ele a mesma estampa física sedutora. Dividido entre ser como o pai e não o ser, Floriano não consegue impôr-se a Rodrigo com a mesma força crítica que Toríbio ou Licurgo. Intelectual, escritor, é muito mais estudado do que seu avô e tio e pode analisar perspicazmente as ações paternas, reprovando-as ou desmistificando-as. Todavia, como filho dependente da fortuna paterna, sem emprego e dedicado a uma atividade praticamente não lucrativa, sem interesses carreiristas nem gosto pela aventura, Floriano configura um enigma constante para o pai, uma espécie de ponto de interrogação após cada ato discricionário ou manipulador do político amigo de Vargas. A interrogação, porém, não tem resposta em Floriano - a resposta afetiva que o velho gostaria de receber. Assim, já que o poder de Floriano sobre o pai não é afetivo e não o modifica, ele pode não só viver toda a história, mas sobreviver ao Velho e revivê-lo no seu romance, não do modo como gostaria que seu pai tivesse sido, mas tentando compreender o que foi e onde residia sua enorme sedução, que ele herdou e de que precisa dispor de alguma forma.

O eixo da discussão ideológica propõe um exame franco dos pressupostos teóricos e históricos das ações políticas que são a matéria do eixo histórico. O que mais ocupa o espaço narrativo das "Reuniões de família" são cenas de conversas, com diálogos extensos, que o narrador por vezes quebra com um incidente na casa, uma ida a outra peça, uma aventura galante, outra conversa mais terra-a-terra, para evitar a excessiva concentração de idéias, que prejudicaria a narratividade do texto. Nesses diálogos, afeiçoados semelhantemente aos de Platão, quem assume a posição indutora de Sócrates ora é Rodrigo, ora Floriano, mas o dividendo final não é dialético: mostram-se posições opostas, infelizmente inconciliáveis ou inaptas para a obtenção da síntese superior socrática. O único elemento capaz de efetuar essa síntese é, mas nem sempre, Floriano, que vê longe as limitações de cada ideário e não rejeita a parcela de "bem comum" neles eventualmente existente.

As reuniões oferecem ao romance uma proposta de política das ideologias, a do dissenso accito, no fundo, a da preservação, acima de sínteses

totalizantes, da liberdade de pensar e, em consequência, de agir. O eixo ideológico assim constituído é extremamente rico em teses políticas e históricas. Nele ninguém - sintomaticamente apontando para a proposta de plena liberdade individual - domina. É compartilhado por duplas opostas, da velha e da nova geração do pensamento político: Stein/Eduardo, Roque/Zeca, Rodrigo/Floriano (talvez com alguma ênfase maior) e, em menor escala, Terêncio Prates/Jango.

Stein e Eduardo defendem o comunismo, o primeiro na ala mais trotskista e o segundo nitidamente stalinista. Stein, mais vivido no Partido, um judeu inquisitivo, capaz de pensar por si, mas apaixonado pela causa da humanidade sofredora, não suporta as tendências totalitaristas da direção nacional e acaba por suicidar-se. É incapaz de uma política realista, a que Eduardo não tem escrúpulos em aderir, uma vez que o pai lhe serve de padrão do realismo político. Eduardo, como adolescente, está cheio de razões e certezas: quer agir e não pensar. Não questiona as diretrizes do PC, cumpre-as com a felicidade de um ativista, que entrega a Marx a resposta a todas as questões de pensamento.

Os dois recebem a oposição dos outros seis, em ordens ideológicas diversas. O trotskismo de Stein é contestado pelo capitalismo liberal de Rodrigo, secundado por Floriano, que o prefere não enquanto sistema econômico, mas enquanto sistema de tradição democrática. O stalinismo de Edu é contraposto pelo feudalismo positivista de Prates e empírico de Jango, ambos aferrados cultores da tradição pastoril gaúcha e de seu código de honra. De outro lado, Floriano e Roque se opõem ao mais moço dos Camará, em defesa do voluntarismo existencialista. Querem garantir a sobrevivência do indivíduo e de sua responsabilidade livremente assumida no estado policial e uniformizador que Edu considera uma necessidade histórica. Também Zeca, o filho bastardo de Toríbio, irmão marista, se opõe ao primo, na salvaguarda da transcendência do homem em Deus. Rodrigo não leva o filho a sério, vendo seu credo mais como entusiasmo juvenil do que outra coisa.

Fora da órbita das oposições econômicas, mais preocupados com a vida, Roque e Floriano efetuam o exame da opção existencialista, enquanto Zeca se encarrega da religiosa, no âmbito do idealismo cristão. Aqui Roque é o polo irradiador das discussões, através de provocações ou de um ouvido atento às máscaras verbais que os outros revestem. Sartre e Camus são as fontes de Floriano, enquanto as de Roque parecem ser Nietzsche e, às vezes Heidegger. Zeca é um Tillich, de mistura com um Teilhard de Chardin. Discute-se, pois, a liberdade e a responsabilidade do homem, assim como o ateísmo e o cristianismo ante o sem-sentido da existência. Roque, cujas melhores contribuições para o debate estão na interpretação freudiana das motivações, como nietzscheniano é demasiado cínico para creditar no homem e Zeca, demasiado angélico para desacreditar em Deus. E Floriano, pois, que, articulando o socialismo marxista com um existencialismo à Camus, realiza a síntese que orienta, por fim, a sua vida. Rejeita tanto o nihilismo determinista

de Roque quanto a esperança idealista de Stein. Respeita as convicções cristãs de Zeca e tenta converter Edu à razão. Nesse debate, Rodrigo só participa enquanto exemplo vivo de uma existência voluntarista.

Erico, portanto, convoca as doutrinas econômico-sociológicas, a psicanálise e algumas teorias filosóficas e teológicas para fundamentar, enquanto matéria, essas discussões ideológicas. Se o temário é vasto, abrangendo desde a ordem metafísica até a do latifúndio, os argumentos, extraídos de bibliografia tão extensa e importante, não adquirem jamais a feição de aulas. Discute-se a liberdade individual e o compromisso histórico-social, a propriedade privada e a miséria brasileira e terceiro-mundista, um Deus ausente e uma humanidade prenhe de responsabilidades, mas no fundo todos esses temas se confundem numa grande explicação dualista, a dos interesses econômicos x os interesses passionais. Sobrevivência e desejo recobrem todas as indagações e é até esses dois alicerces da vida que tanto Roque como Floriano sempre acabam chegando, ante a indignação de Rodrigo, para quem basta viver, sem interrogações que só levam à culpa e ao sofrimento.

A avaliação negativa que Rodrigo faz da reflexão das ciências humanas sobre os temas da existência pessoal e política indicia um comportamento peculiar das lideranças políticas da República velha até o Estado Novo, que só consideram ciência o conhecimento do século XIX. O pensamento deste século, quando não lhes parece subversivo, erua daninha a ser erradicada, como a Terêncio Prates, é visto como perturbador da ordem familiar e oligárquica, os dois esteios em que a atividade política se apóia no Rio Grande até Vargas. Desvendar motivações inconscientes, interesses materiais velados é distorcer o puro fato, a positividade, a única que se pode experimentar imediatamente. Postular a ausência de sentido para a existência e requerer uma responsabilidade auto-imposta é derrubar a religião, não a de Deus, mas a da própria honra, esquadro da moralidade dessas estirpes caudilhistas. Assim, nesse eixo ideológico, põem-se à mostra as debilidades do caráter político rio-grandense, fundamentado num voluntarismo pseudo-ilustrado, incapaz de alianças estáveis no plano das idéias, porque coloca a práxis instintiva sempre na dianteira e mesmo quando começa a tatear por um projeto, deixa-a tomar as rédeas e desembestar, como ocorre na figura de Rodrigo. Stein, Roque e Terêncio, a seu modo, também revelam essa ausência de projeto de vida, embora nem todos sejam políticos. Vivem ou para trás, como Prates, ou no agora absoluto, como Roque. Stein, que visa o futuro, mata-se ante as contradições que antevê. Os sucessores dessa geração, ou se atiram cegamente na ação, não por instinto, mas por injunções partidárias, ou negam-se a praticar a política nessas bases, ou nas anteriores. É o caso de Floriano, que não participa das aventuras políticas do pai, mas cria o seu projeto de ação comprometido com o bem comum, sem passar pelos formalismos dos partidos e lideranças.

O eixo literário é onde se gesta e evolui esse projeto de participação política metapartidário e extra-sectário. No seu caderno, Floriano - e somen-

te ele domina esse eixo - examina sua própria vida para dela extrair a matéria de uma obra de arte que justifique sua existência e a da família Terra-Cambará tanto enquanto comprometimento com o social, quanto em termos de um pleno exercício da liberdade pessoal. Trata-se de escrever um romance, mas também de erigir pouco a pouco uma política para a literatura romanesca, à medida que se investigam as possibilidades ficcionais da vida.

Nesse projeto, Floriano tem por oponente Rodrigo, que o quer um homem de ação política passional, como ele mesmo, e por adjuvante Roque Bandeira, que desejaria vê-lo liberar sua passionalidade, contida por um frio intelectualismo, mas não na mesma esfera de atuação de Rodrigo e sim numa maior, a da Cultura. Roque o quer um escritor empenhado, sendo o compromisso social com a gente rio-grandense o meio de fazer o amigo ascender da medianidade para o ápice da escala de valores estéticos. Assim, para Roque, a estética é uma política superior, tanto quanto, para Rodrigo, é um adorno descartável da personalidade (ele se orgulha do filho escritor enquanto hábil retórico - jamais comenta o mundo romanesco de Floriano, pois esse não é instrumental para o domínio, como o é a sua própria mestria retórica).

No início desse eixo, Floriano é um racionalista, perturbado por uma relação de amor/ódio quanto ao pai. Teme empenhar-se e perder a perspectiva crítica, que ele preza acima de tudo, mas que o distancia afetivamente dos seus e de sua terra. Rodrigo é um passional, que raciocina com o sexo e obedece apenas a seus impulsos e Roque é um racionalista improdutivo, cuja única arte é servir de depurativo para os apetites dos outros, compreendendo-lhes as motivações não racionais. No final desse eixo, Floriano mantém seu criticismo racionalista, mas elabora sua ambivalência afetiva quanto ao pai e se compromete com o Rio Grande através da literatura, enquanto Rodrigo e Roque permanecem o que eram, não se modificam.

O romance de Floriano é, pois, a verdadeira ação política, pois a ascensão ao poder de Rodrigo, impelida por seu Desejo, não o leva a nada senão à morte difícil. Em contrapartida, a escrita do romance por Floriano o libera de toda a culpa acumulada nas relações pessoais e sociais por seu distanciamento, tornando-o responsável pela preservação da memória do pai e da política rio-grandense em bases não mistificadoras, como seu projeto social existencialista lhe propõe.

Acompanhar a gestação do romance nesse eixo explicita melhor essa tese. Para chegar à primeira linha - que é a primeira linha de *O continente* - Floriano precisa admitir a artificialidade e superfluidade de suas tentativas literárias anteriores, o que não lhe é penoso, porque ele possui uma elevada dose de autocrítica. Precisa perceber que esses déficits decorrem de seu próprio desenraizamento familiar e espaço-temporal, vivendo mais no mundo da literatura do que no mundo real, como refúgio ante o amor/ódio que sente pelos pais, ele perdeu o contato vivificante com a realidade, carência que Roque não cessa de lhe apontar. Para manter sua prezada liberdade interior, ele evita a entrega apaixonada à vida e suas inconsistências, tornando

seus romances vazios de interesse humano, como Sílvia bem percebe. Suas provas de iniciação ao verdadeiro romance são todas de aceitação e enfrentamento do que sempre abominou na família e no Rio Grande, porque eram parte de si mesmo: a necessidade das guerras de territorialização, a manifestação de heroicidades machistas, a rudeza cultural, a dessexualização das mulheres, o primitivismo de uma política oligárquica e caudilhista.

Accito esse passado pessoal e regional. Floriano pode encetar a pesquisa de suas fontes de informação, a fim de reunir o saber de que necessita para transmitir na forma de romance a seu povo. Passa, assim, a estudar eventos e sujeitos históricos na perspectiva, não dos livros, mas da memória do cotidiano conforme ele próprio, as mulheres e os homens da família podem fornecer. A sua memória acentua os traços ridículos do passado familiar e, portanto, determina o conteúdo cômico do romance. As de Flora e Maria Valéria entesouram os elementos trágicos e as de Rodrigo e Toribio os épicos. O romance, pois, lidarás com essas três dimensões de modalização da vida, evitando a prevalência de algum deles.

A segunda etapa de criação do romance é a discussão desse passado familiar e regional. Floriano o faz focalizando as várias versões do cotidiano lembrado, pelo confronto de interpretações ideológicas conflitantes, pela reconstituição testemunhal dos fatos vividos e pelas notícias da imprensa sobre esses fatos. Utiliza, pois, o testemunho, a reportagem e a crítica, a fim de assegurar, tanto para si, como para seus futuros leitores, o fato histórico não puro, como certos historiadores gostariam de invocar mas pejado de visões.

Além de todo esse trabalho preparatório de pesquisa e ensaio, ele ainda deve enfrentar a Amada Proibida (Flora/Sílvia) e afastar-se dela, confessando-lhe seu amor só ficcionalmente, enfrentar o Pai Adversário e fundir-se com suas qualidades positivas, tentando compreendê-lo sem idealizações no romance. Só assim é que ele se qualifica para escrever a saga dos Terra-Cambará e da formação política do Rio Grande.

Há, pois, no registro da trajetória de Floriano nesse eixo literário pressupostos fundamentais para a constituição de uma política do romance. Um escritor, para visar o bem comum e tornar-se um político, no sentido aristotélico, precisa acima de tudo de introspecção da própria existência e ascendência, investindo contra as barreiras repressivas ao fluxo de seu Eros, mas não para anular seu Superego e entregar-se ao vazio do id. Precisa, em suma, de um Ego sadio o suficiente para controlar as pressões da consciência moral sobre o material inconsciente, e neurótico o suficiente para deixar seus sintomas de repressão aparecerem, ou não saberá que material está represado ali. Esse inconsciente não é só o pessoal, mas o histórico também; aquilo que não se manifesta, senão como sintoma. Nesse plano, o Superego são as autoridades de toda ordem, as instituições formadoras da consciência nacional e o id transparece nas ações inexplicáveis, irredutíveis à racionalização das ideologias. O escritor será um paciente que associa fragmentos de vivências, tentando achar, nessa associação, qualquer vínculo de inteligibilidade que

resolva o sintoma. O romance seria a psicanálise da história, para torná-la vivível sem traumas ou angústia. Ele daria um sentido ao absurdo da existência, tentando justamente desocultar esse absurdo das camadas de racionalização histórico-política que o recobrem.

É por isso, talvez, que o eixo literário separa, em *O arquipélago*, o histórico do ideológico, a vida de suas justificações, a política de sua legitimação. Erico, pela preeminência final que dá ao narrador Floriano indica que sabe qual é o seu lugar político como homem escritor. Certamente este não incide no campo da luta partidária e sim na desfamiliarização estética do que ocorre na História e na Política rio-grandense.

Resta saber como repercute essa outra utopia política sobre seus cidadãos, entre os quais não escasseiam os "homens independentes" dos sofistas. Como a teoria política aristotélica, a literatura de Erico também quer salientar a necessidade de que as práticas cotidianas se transcendam reflexivamente na busca de uma coexistência menos conflitiva. Seus instrumentos de persuasão, entretanto, não são os argumentos e o logos. Confiando na abertura do mundo que o texto literário realiza, desocultando pela ficção possibilidades escamoteadas de ser, Erico institui a obra como modo de produção do "homo politicus": ao escritor cabe apenas a exposição, entregando-se ao leitor a decisão de agir no mundo da vida, em plena liberdade, mas condenado à consciência.